

DOI:

Artigo

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, BLACK WOMAN IN NATIONAL MEMORY: ENTERED WITHOUT PERMISSION AND EXISTS WITHOUT AUTHORIZATION

Marina Maia da Silva¹ - 0009-0000-8339-3791

Cláudia Pons Cardoso² - 0000-0003-0918-0602

¹Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Camaçari, Brasil – estrelamaia@gmail.com

²Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil, ponscardoso@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo analisa as memórias e as representações sobre Maria Felipa de Oliveira, que circulam em sociedade, nele problematizamos o silêncio dos arquivos no que se refere às narrativas sobre a participação das mulheres negras na história. Para isso, elegemos como fonte as memórias de moradores da ilha de Itaparica reunidas pela pesquisadora Eny Kleyde Farias (2010) e publicadas na obra, *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da independência da Bahia*. Além das memórias, recorreremos à revisão historiográfica e análises das ações dos movimentos sociais pelo reconhecimento de Maria Felipa, que enfrentam a invisibilização da heroína. Deste modo, em oposição à invisibilidade histórica e silenciamento sobre o protagonismo e reconhecimento de trajetórias femininas negras marcadas por hierarquizações de raça e gênero, apresentamos saberes que revelam resistência, luta e expressão da mulher negra na história.

Palavras-chave: Maria Felipa de Oliveira; Memória; Independência da Bahia.

Abstract: This article analyzes the memories and representations about Maria Felipa de Oliveira, which circulate in society, in which we problematize the silence of the archives with regard to narratives about the participation of Black women in history. For this, we chose as a source the memories of residents of Itaparica gathered by researcher Eny Kleyde Farias (2010) and published in the work, *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da independência da Bahia*. In addition to the memories, we resorted to a historiographical review and analysis of the actions of social movements for the recognition of Maria Felipa, which face the invisibilization of the heroine. In this way, in opposition to historical invisibility and silencing of the protagonism and recognition of black female trajectories marked by hierarchies of race and gender, we present knowledge that reveals resistance, struggle and expression of Black women in history.

Keywords: Maria Felipa de Oliveira; Memory; Independence of Bahia.

Introdução

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

Recebido: 17 de Novembro de 2023

Aprovado: 15 de Dezembro de 2023

Publicado: 31 de Dezembro de 2023

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Maria Felipa de Oliveira, mulher negra, lutou pela independência do Brasil na Bahia em 1822, as vozes que propagam sua existência vêm de diversos lugares, mas é na ilha de Itaparica, localizada na Baía de todos os Santos, que foi primeiro invocada, celebrada e reconhecida como parte da história da comunidade. Com a campanha da independência surgiram diversos grupos, alguns lutando corpo a corpo com as tropas portuguesas. E dentre eles, o das sentinelas, chamadas de Vedetas, tendo a atuação de Maria Felipa, apresentada como líder do grupo, que através das suas atribuições de trabalho de ganhadeira e marisqueira, desenvolveu importantes estratégias de luta e defesa da ilha.

Neste artigo, nos aproximamos da trajetória de mulheres negras, em especial, a de Maria Felipa, em oposição à invisibilidade histórica e silenciamento sobre seu protagonismo e reconhecemos que sua trajetória é marcada por hierarquizações de raça e gênero. As ausências sobre Maria Felipa são vestígios da desumanização imposta pela sociedade escravocrata do século XIX e não ausência de história. Este entendimento problematiza o silêncio dos arquivos no que se refere às narrativas sobre a mulher negra na história e pede perspectivas outras sobre a história, que fraturem leituras engessadas sobre o passado e façam emergir, como gesto de resistência e denúncia, o protagonismo popular para recompor a história vivida.

Maria Felipa é uma verdade no cotidiano e na tradição oral dos moradores da ilha de Itaparica. A sua trajetória alcança lugar de representação dos sujeitos subalternos participantes na luta pela emancipação do Brasil e principalmente da agência das mulheres negras.

Este artigo tem por objetivo analisar as memórias dos ilhéus e as representações sobre Maria Felipa, visando identificar saberes que revelam resistência, luta e expressão da mulher negra na história. Para isso, utilizamos as memórias sobre Maria Felipa reunidas pela pesquisadora Eny Kleyde Farias (2010), entre o período de 2002 a 2009, publicadas no livro *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da independência da Bahia*, e as ações dos movimentos sociais, que enfrentam a invisibilização da heroína, como fontes de análise de como a comunidade da ilha de Itaparica compreende e representa a trajetória da heroína negra. Situamos historicamente o contexto da independência do Brasil na Bahia com base em Sérgio Guerra Filho (2004), Hendrik Kraak (2015; 1999), Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (1997) e Gerson Galo Ledezma (2009).

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Maria Felipa desvela uma narrativa que desafia a memória nacional e inscreve, através da memória coletiva, a mulher negra no mito de fundação do Brasil, a Independência do país. A sobrevivência das memórias de moradores apresenta, como destaca Maurice Halbwachs (2003), a comunidade afetiva como estruturante para as heranças rememorativas de um grupo. Nas palavras de Michael Pollak (1989; 1992), são memórias subterrâneas, que sobreviveram à opressão caracterizada pelo silenciamento diante da memória nacional, e em momento histórico de crise emergem para contrapor à narrativa oficial e tornar possível a análise de contradições na perspectiva tradicional.

A narrativa da Guerra de Independência do Brasil na Bahia a partir de Maria Felipa pode ser interpretada como resistência política ao silenciamento em torno da participação dos populares da ilha e principalmente da mulher negra. Se a historiografia não se interessou em construir um caminho de investigação sobre Maria Felipa, a comunidade ergueu a heroína através das memórias coletivas, como uma importante personagem de sua história, alcançando a força de patrimônio histórico cultural (FARIAS, 2010).

Evidenciar as memórias sobre Maria Felipa é afirmar o poder de reconstituição simbólica de um passado histórico negado às populações negras, em especial às mulheres. Nesse movimento, buscar e problematizar sua existência é possibilitar a constituição de um conhecimento escolar a ser didatizado, destacando seu potencial formativo na identidade negra positiva de estudantes, na medida em que explicar o seu silenciamento é abrir caminhos para um ensino de história que trabalhe pela humanização do conhecimento e das representações.

Memórias reconstruindo trajetórias

O ensino de história é apresentado, por Ana Maria Monteiro (2012), como lugar de fronteira entre saberes, como espaço de produção de conhecimento, de disputa e produção de memória. Para a autora, se faz necessário compreender a seleção cultural dos saberes disponíveis na sociedade a serem ensinados, contextualizando seus enraizamentos históricos e sociais, revelando os projetos identitários e a legitimação de poderes instituídos ou a instituir. Essas disputas de narrativas podem estar presentes ou silenciadas nos manuais didáticos, podem alcançar a sala de aula por iniciativa de professoras(es), que reconhecem a necessidade do cumprimento das leis antirracistas em educação. Como

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

a Lei 10639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E podem entrar na sala de aula pelas mãos de estudantes, através de suas trajetórias de vida, legados de família, ou conhecimentos que circulam em sociedade e fazem parte do universo cultural e histórico da comunidade escolar.

Pierre Nora (1993), ao se referir a historiadores e aos lugares de memória, sustenta a tese de que não existe memória espontânea, a historiografia se constitui como memória coletiva de um grupo específico. Nesta perspectiva, o saber histórico escolar foi dominado durante muito tempo pela memória das elites, que passa a ser desafiado pelas lutas sociais dos grupos subalternizados que reivindicam direito à memória, educação e reconhecimento pelo conhecimento construído historicamente.

Michael Pollak (1989) explica que a memória entra em disputa nos momentos de crise, ou seja, o controle das memórias feito através da dominação e violência encontra resistência nos grupos sociais. O autor cria o conceito de memórias subterrâneas para explicar esse fenômeno, as memórias que foram reprimidas e silenciadas emergem reivindicando seu lugar na história, realizando críticas ou entrando em confronto com a memória oficial.

Segundo Halbwachs (1990), nenhuma lembrança pode coexistir isolada de seu grupo, na “memória coletiva” o fenômeno de recordação deve ser analisado dentro do seu contexto social. Os “textos” produzidos pela memória possuem outras definições de tempo, cada depoimento só tem sentido dentro do seu contexto de referência, um evento vivido em comum, porém tomado de forma pessoal. A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção ocorre através do convívio social, nesta perspectiva, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, que preserva o valor do passado para os respectivos grupos sociais. Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído, revivido, ressignificado e representado, de modo que os fatos do passado têm continuidade no presente. “A repetição, rememoração do passado está ligado às forças políticas e sociais que estão atuando sobre nós” (HALBWACHS, 1990, p.84).

Nesse movimento, cada morador da ilha de Itaparica ao invocar um passado sobre a heroína, invoca também seu próprio passado, dos seus ancestrais e da sua comunidade. A sobrevivência das memórias sobre Maria Felipa se constitui em contra narrativa sobre

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

a guerra de independência do Brasil, posto ser apresentada como uma história negada que deve ser reconstituída.

Maria Felipa de Oliveira: Heroína Negra da Independência do Brasil na Bahia

Maria Felipa de Oliveira entrou sem permissão na memória nacional, não como uma verdade instituída pelos discursos de autoridade das narrativas tradicionalmente celebradas, mas como tema vivo e pulsante. Ela chegou através das memórias coletivas dos moradores da Ilha de Itaparica e das representações sociais que sobre ela circulam na sociedade.

O protagonismo de Maria Felipa na guerra de independência do Brasil na Bahia convida a refletir sobre a tradição discursiva da política de branqueamento e democracia racial presente nos manuais escolares e a pensar uma memória nacional outra, por problematizar o (não) lugar da mulher negra e dos grupos subalternizados nas representações do processo de construção da nação, dando ênfase as tensões e resistência da população não branca à desumanização que lhe foi imposta.

O 7 de setembro de 1822 marca a memória nacional como o dia da Independência do Brasil. Na Bahia, esse evento histórico é compreendido dentro de um intervalo de tempo maior, é um processo que começa em fevereiro desse ano e se estende até o 2 de Julho de 1823, com a saída das tropas portuguesas da cidade de Salvador. O conflito armado entre tropas portuguesas e nacionais antecede o evento liderado por D. Pedro I e representa para a Bahia uma outra narrativa na memória nacional.

Segundo Guerra Filho (2004), na Bahia, o conflito entre portugueses e Exército Libertador ocorreu nos meses de junho de 1822 a julho de 1823, foi neste período que a participação popular foi mais visível e franca, pois os eventos da guerra e as tensões internas do conflito revelam uma tradição anticolonial, radical e rebelde relacionada às camadas populares. Para o autor, este cenário conturbado deu lugar para que revoltas contra o poder colonial, isoladas e com reivindicações pontuais, abrissem espaço para formulações influenciadas por ideais “franceses” e com projetos políticos mais consistentes, inclusive, propondo o fim da dominação colonial como solução para a crise. Algumas dessas vozes chegaram a reivindicar a República, incluindo a igualdade entre pretos, pardos e brancos, como foi a Revolução dos Alfaiates, também conhecida como a Revolta dos Búzios, ocorrida na Bahia em 1798. Hendrik Kraak (2015), na mesma

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

direção, afirma que na guerra pela Independência na Bahia houve uma forte mobilização popular e, por pouco, não fugiu do controle dos senhores de engenho.

A narrativa dos manuais escolares se estrutura na tentativa do silêncio da participação popular e no cenário nacional tem o Sete de Setembro como mito fundador representado pelo sujeito universal branco, um ideal a ser perseguido pela política de branqueamento. Assim, a independência do Brasil marca o fim da colonização do Brasil e inaugura uma complexa teia de disputa pela representação do Estado-Nação, liderança do progresso e reordenamento do processo civilizatório como continuidade do mundo europeu. A nação escravocrata precisava de uma identidade e estrutura o antagonismo racial como elemento base para consolidação do mundo moderno capitalista.

A participação da mulher negra e de grupos populares pobres, pardos libertos e escravos se contextualiza neste cenário de disputa por um futuro imprevisível, mas cheio de esperança e por todos perseguidos, vozes, experiências e trajetórias silenciadas na narrativa tradicional e nas disputas pela celebração da Independência. Neste sentido, as memórias sobre o protagonismo de Maria Felipa se constituem como fio condutor para pensar a atuação dos populares no conflito, mas também nos desafia a refletir para os diversos sentidos de liberdade que mobilizaram esses grupos, haja vista a fragmentação de interesses existentes na Bahia do século XIX.

À medida que o conflito entre portugueses e brasileiros se delinea geograficamente, a Ilha de Itaparica, local de vida e morte de Maria Felipa, ganha destaque e importância na guerra. Segundo Guerra Filho (2004), desde os primeiros movimentos de guerra os portugueses já indicavam preocupação com o abastecimento das tropas e da população de Salvador, assim como o interesse pelo controle militar da Bahia de todos os Santos.

Segundo a narrativa dos moradores da ilha, Maria Felipa de Oliveira frequentou vários locais, viveu e guerreou onde hoje é o município de Itaparica, que em tupi significa “cerca de pedra”, na época chamado de “Arraial da ponta de Baleia”. A ilha atualmente compõe-se dos municípios de Itaparica e Vera Cruz, do ponto de vista histórico, tem uma especial notoriedade pela participação na guerra de independência do Brasil na Bahia.

O final do século XVIII é citado por Fernando Rebouças (2008 apud FARIAS, 2010) como provável período de nascimento de Maria Felipa de Oliveira. É indicada a rua da Gameleira como local de seu nascimento, localizada no atual município de Itaparica, moradora da Beribeira, e depois na ponta das Baleias em um casarão chamado

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Convento, lugar onde pescadores, ferreiros, ganhadeiras, carpinteiros e pessoas simples residiam, trabalhadores da ilha que só possuíam o vento (FARIAS, 2010). Não há, até o momento, registros sobre essa ou qualquer outra data para o seu nascimento, no entanto, se tomamos os relatos de seus feitos, a força física, a agilidade, a coragem e desenvoltura na construção de estratégias de luta, podemos supor que era uma mulher jovem. Também não existem definições para as condições de seu nascimento, se nasceu livre ou escrava, mas acompanhando as tradições orais, as lembranças indicam a condição de liberdade nos tempos da independência.

Seguindo as reflexões e estudo de Sandra Graham (2012) sobre a história de mulheres negras no Brasil, podemos afirmar que a trajetória de Maria Felipa faz parte do mosaico complexo, intrincado e amplo das várias realidades históricas das mulheres negras, múltiplas experiências e caminhos distintos de resistências históricas à escravidão. Segundo a autora, apesar das diferenças e especificidade de cada registro, mulheres escravizadas e libertas conheciam ruas e vielas, pois andavam pelas cidades, tinham um grau de liberdade que lhes permitia fazer escolhas. Nesta perspectiva apresentada por Sandra Graham (2012), é possível compreender Maria Felipa como parte do grupo de mulheres negras que apresentava certo grau de autonomia.

Cecília Soares (1996) afirma que, tanto para mulheres negras livres e libertas quanto para as escravizadas, o sistema de ganho caracterizou as relações escravistas nas ruas de Salvador no século XIX, “no ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado” (SOARES, 1996, p. 57). Podemos ampliar essa reflexão também para as ganhadeiras de Itaparica, devido à intensa circulação e conexão destes espaços desde os tempos coloniais.

Segundo Cecília Soares, a atividade de comércio era largamente desenvolvida pelas negras na Bahia e também não era estranha às que chegaram pelo tráfico, “pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade” (SOARES, 1996, p. 60). Diz a autora, as ganhadeiras que se dedicavam à venda de peixe e de diversos gêneros souberam desempenhar muito bem o seu papel, chegando a alcançar diária de até 4 mil réis em 1849, o que para a época era um valor expressivo e dava condição de algumas mulheres escravizadas juntar dinheiro para comprar a sua alforria. Desse modo, “o sucesso se refletia, sobretudo, no controle que as ganhadeiras vieram a ter sobre o comércio varejista de produtos perecíveis” (SOARES, 1996, p. 61).

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

A preocupação com o abastecimento das tropas lusitanas durante a guerra intensificou o interesse no domínio da ilha de Itaparica pelos portugueses, em paralelo podemos destacar a relevância da atividade de ganho para o abastecimento dos itens de subsistência e perecíveis, o que amplificava a importância da mulher negra no movimento de resistência, mesmo não estando incluída na narrativa oficial. As atividades de trabalho desenvolvidas por Maria Felipa conferem lugar de protagonismo. Ela é lembrada por sua inteligência e coragem, conseguindo, mesmo em condições desfavoráveis, com criatividade, encontrar caminhos para resistência e participação no conflito. Os instrumentos de trabalho, o conhecimento da geografia local, a natureza e seu corpo se transformam em armas na guerra. Segundo os moradores da ilha, como Álvaro da Conceição, “Maria Felipa usava uma peixeira de mantear baleia” e como complementa Cassimélia Costa, “com as peixeiras cortavam as mãos dos portugueses que se seguravam nas barcas para se proteger do mar” (2009 apud FARIAS, 2010).

A Campanha de independência da Bahia na Ilha de Itaparica foi iniciada no ano de 1821 e contou com o alistamento de mulheres, indígenas, negros (livre e escravos) e alguns portugueses simpáticos à separação política do Brasil de Portugal. Segundo Ubaldo Osório (1974 apud FARIAS, 2010, p.74), narrativa amplamente presente nas memórias dos ilhéus, assim que organizada a resistência contra os portugueses, Maria Felipa se apresentou como voluntária e passou a representar uma importante liderança para homens e mulheres simples da ilha, que apesar de anônimos na historiografia, foram indispensáveis a campanha de defesa de Itaparica e desta forma também determinantes no processo de separação política do Brasil de Portugal.

O grupo liderado por Maria Felipa era chamado de Vedetas, sentinelas que vigiavam os barcos com possibilidades de combate, observava as praias, as matas e subia em outeiros, principalmente os que ficavam próximos aos campos de guerra, a fim de ter uma visão melhor, levando à noite tochas para identificar portugueses que desciam dos barcos para saquear (FARIAS, 2010). Nas memórias dos insulanos e na tradição da ilha, o grupo se destacou dos demais pelo grande número de mulheres participantes. É possível pensar que os laços entre as mulheres foram construídos anteriormente à campanha de resistência na ilha, ao compartilharem as mesmas atividades para garantir o sustento e desafios cotidianos.

No relato de Álvaro da Conceição (2009 apud FARIAS, 2010), Maria Felipa e suas companheiras eram todas pescadoras, elas ajudavam na pesca, cortavam, salgavam

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

o pescado e vendiam pelo recôncavo. Para a moradora Tatiana Machado (2009 apud FARIAS, 2010), há referências de que tenha sido líder de um grupo de marisqueiras e o relato de Ivani Machado (2009 apud FARIAS, 2010) soma-se às várias memórias que afirmam ter ela exercido atividade de ganhadeira nas tardes de Itaparica. As atividades são os elos de ligação das mulheres, formando o conjunto de saberes que influenciaram na criatividade das estratégias de luta e resistência. Nas palavras de Eny Farias,

este comportamento explica ter liderado 40 mulheres e homens no trabalho e na guerra, quando tomava as principais decisões sobre o preparo e a venda deste produto as viagens pelo rio Paraguaçu em direção de Cachoeira, passando pela Vila de Nazaré, e outros lugares às margens do rio. [...] A importância de guardar a “boca grande do rio” para que portugueses inimigos não entrassem no Recôncavo, tornava a heroína admirada pelos companheiros de trabalho (FARIAS, 2010, p.76).

As memórias indicam conflitos diretos entre o mulhério da praia e os portugueses. Os relatos falam das lutas com armas improvisadas e folhas de espinhos identificadas como cansação, ou urtiga brava. Maria Felipa surpreendia seus adversários e junto com suas companheiras, vestidas com suas longas saias, onde ocultavam as peixeiras, e enfeitadas de flores e folhas comuns se aproximavam do inimigo, pareciam apenas enfeitadas, “e como se fossem seduzi-los, aplicam-lhes uma terrível surra com galhos de cansação”, conta Fernando Rebouças (2009 apud FARIAS, 2010).

Os conflitos entre Maria Felipa e os lusitanos, através das memórias, apontam a presença e domínio de golpes de capoeira como instrumento de defesa. Segundo Josivaldo Oliveira (2012), há grande quantidade de registro históricos sobre a prática da capoeira e a participação das mulheres na segunda metade do século XIX, são fontes de variadas origens, principalmente de documentação jurídica e policial, associada à crescente repressão que a prática passaria a sofrer. Os silêncios dos arquivos não invalidam as memórias que Maria Felipa e suas companheiras dominassem golpes e manobras hoje associados à capoeira, pois antes dessa manifestação estar presente nos registros produzidos pelo homem branco colonizador, estava presente, como afirma o autor, em formação ou se consolidando nos espaços de vida de escravizados e escravizadas, prática oriunda de rituais africanos e manifestações culturais e de luta das nações, onde mulheres compartilhavam dessas experiências com os homens (OLIVEIRA, 2012).

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

A capoeira vem como uma organização discursiva para essa relação passado e presente no imaginário dos ilhéus, aproximando a experiência da memória herdada com as informações disponíveis na tradição popular sobre estratégias de lutas dos afrodescendentes. Neste sentido, seria Maria Felipa uma guerreira, uma mulher negra ganhadeira que dominava técnicas de defesa corporal e as usou quando necessário, ao lado de suas companheiras, para proteger seus corpos e seus espaços.

O mulhério da praia protagonizou diversos momentos na guerra, um dos mais comentados na tradição oral é o incêndio da canhoneira Dez de Fevereiro em 01 de outubro de 1822. No episódio os insulanos haviam preparado trincheira às embarcações portuguesas na praia de Manguinhos, deste conflito participaram mulheres e homens, com destaque nas memórias populares para a liderança de Maria Felipa. A estratégia de atear fogo em embarcações é atribuída à heroína e suas companheiras e entre pescadores e marisqueiras os relatos asseguram terem as vedetas incendiado 42 embarcações. Esse momento faz referência a um dos mais importantes da guerra para os ilhéus, os combates de 7 de janeiro, quando uma esquadra portuguesa ataca Itaparica e é derrotada pelos voluntários.

Essas informações chegam ao presente acompanhadas de palavras que revelam valores e apreciações da coragem da heroína. Lícia Margarida Santos (2009), uma das moradoras da ilha entrevistada por Farias afirma: “Maria Felipa foi uma heroína que liderou mulheres e caminhava à noite com tochas acesas para vigiar os inimigos” (apud FARIAS, 2010, p.109). Para Dona Ivone Ribeiro (2009), também moradora da ilha, Maria Felipa é mais uma heroína baiana, devendo fazer parte dos livros de história do Brasil e da Bahia (apud FARIAS, 2010).

Maria Felipa de Oliveira morreu em meados do século XIX, asseguram as memórias que lhe garantem a existência, deixando um legado histórico com força de mobilização e representação positiva da população negra. As memórias sobre seu protagonismo compõem uma narrativa insurgente sobre a independência do Brasil e ampliam as perspectivas sobre a mulher negra na história e a relação passado e presente, permanências e mudanças. Seu destino após a guerra de 1823 não é conhecido, no entanto, em subjetividade todas as mulheres negras são um pouco Maria Felipa por encontrar nela um espelho que reflete a coragem em existir em um sistema que insiste em nos silenciar.

Memória Coletiva sobre Maria Felipa de Oliveira e os Movimentos de Reconhecimento

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

A elite baiana temia muito a participação popular e buscou dentro do conflito o controle dessas forças, mas elas estiveram atuantes, tanto na guerra, quanto na contestação dos sentidos da independência para a população pobre, preta, parda e escrava. O Sete de Setembro e o Dois de julho, data esta que alcançou *status* de feriado estadual, representam uma disputa de narrativas e memórias na guerra de independência em expressão a nível nacional. Mas, na Bahia, outras datas também fazem parte da memória dos baianos e ocupam lugar de especial festividade, como o Sete de Janeiro para os moradores e filhos da Ilha de Itaparica, data em que os ilhéus saíram vitoriosos impedindo as tropas lusas de ocupar o seu território. As celebrações carregam as diversidades de experiências, revoltas, sentimentos, expectativas e sonhos de vários grupos subalternizados, que tem na construção do projeto nacional sua expressão negada e silenciada.

Ao analisar a trajetória histórica do Dois de Julho, Wlamyra Albuquerque (1997) destaca que os negros não foram passivos durante a luta e podiam interpretar a partir de suas próprias referências históricas a guerra e as festividades de celebração, revelando a complexa multiplicidade de como os grupos sociais estabeleciam tensões e administravam divergências.

As disputas em torno do sentido da festa eram também em torno de valores e hábitos urbanos vinculados as hierarquias sociais. Comemorando no espaço público, os baianos instituíam novos sentidos a tradicionais expressões culturais, reelaborando o papel das comemorações do Dois de Julho na sociedade da época. Enquanto nos anos imperiais tais eventos tanto podiam marcar a autoridade do imperador diante da população, ou possibilitar que os populares zombassem dos comerciantes portugueses, nas primeiras décadas republicanas a festa podia ser campo de exercício de uma pedagogia civilizatória, de controle social, além de ser palco para a encenação da irreverência, da crítica, do prazer pelos populares. Espaço de afirmação de identidades, de conflitos, mas também de tolerância, a rua festiva do Dois de Julho exibiu uma cultura urbana múltipla em seus sentidos e expressões. (ALBUQUERQUE, 1997, p.78).

Para Ramón Grosfoguel, a “pretensão de um Estado de que sua identidade corresponda à identidade da população dentro de suas fronteiras é uma ficção eurocêntrica do século XIX” (2016, p.1). No Brasil, essa ficção será marcada pelo mito da democracia racial e a política do branqueamento, sendo a Bahia um dos estados mais negros da nação, a construção e identidade positiva será uma tarefa extremamente desafiadora para os intelectuais da época. A nível nacional coube ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-IHGB, sediado no Rio de Janeiro, liderar esse projeto, empenhando-se em consagrar as

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

elites cariocas e a importância da capital federal na construção da identidade brasileira, as outras agremiações, dentre elas, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHBA), terão a responsabilidade de valorizar os respectivos estados destacando seus papéis no cenário nacional e elaborar uma nova identidade regional (ALBUQUERQUE, 1997).

A Bahia, principalmente na ordem da nascente República, apresentava clara depreciação no cenário nacional, ou seja, a representação pelos sulistas como uma negra quituteira enfatizava a morosidade das transformações urbanas, “para os agremiados do IGHBA a divulgação deste tipo de caricatura era desastrosa” (ALBUQUERQUE, 1997, p. 31). A elite baiana atuou para a eliminação da mulher negra como sujeito e representação da cidade de Salvador, neste contexto, entende-se que, o protagonismo de Maria Felipa foi silenciado e deslegitimado como narrativa histórica, sendo parte do projeto da política de branqueamento.

A elite negará e controlará as narrativas sobre a participação popular no processo de independência do Brasil na Bahia para conseguir se integrar ao projeto civilizador que dependia também da “desafricanização” da cidade de Salvador (ALBUQUERQUE, 1997). Essas reflexões permitem dizer que para esse Brasil é inaceitável uma mulher negra na memória nacional, para essa nação o branqueamento é o projeto salvador e o progresso na modernidade urbana a continuação do processo civilizatório. Os debates em torno do centenário da independência são excelentes exemplos do processo histórico de construção de um passado mitificado na democracia racial e do sexismo presente na narrativa. Para Gerson Galo Ledezma,

os baianos se negaram a compartilhar da memória coletiva veiculada pelo Rio de Janeiro em 1922, quando o Brasil, comemorou cem anos de Independência. Na Bahia foi rejeitada a proposta do presidente Epitácio Pessoa de fazerem uma colagem entre a memória monárquica e a republicana. Os baianos voltaram-se para comemorar, com todo rigor, o Centenário que, para eles, deveria ser a festa de todos os brasileiros: 2 de Julho de 1923, prestando o culto necessário a todos os heróis e lugares de memória como Cachoeira, Funil, Cabrito e Itaparica, e não a D. Pedro I e o Grito do Ipiranga (LEDEZMA, 2009, p. 03).

Dentre as muitas figuras escolhidas para representar o ideal patriótico na época, se destacaram como heroínas pelas forças institucionais Maria Quitéria e Joana Angélica. O historiador Braz do Amaral faz o seguinte registro,

Foi na barra do Paraguaçu que Maria Quitéria de Jesus Medeiros, taboaria de S. José de Itaporocas, terras então deste distrito de Cachoeira passa à imortalidade, à frente de outras heroínas, bramindo o alfanje libertador de sua terra numa arremetida estupenda de audácia,

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

contra os inimigos que tentavam desembarcar, combatendo com água até os seios ardentes e eletrizando os soldados de Victor Topázios, encarregado da defesa do ponto vulnerável. (AMARAL, 1957, p. 86).

Apesar do reconhecimento da participação de outras mulheres na batalha, apenas Maria Quitéria recebe nome e reconhecimento. As outras, dentre elas Maria Felipa e suas companheiras, formam o exército de guerreiras invisíveis, sem rosto ou origem na escrita da história oficial das elites. A interpelação de gênero e raça define a construção, assim como a funcionalidade das representações na construção do ideal de feminino para o período.

Para Ledezma, Maria Quitéria e Joana Angélica ganham destaque na narrativa oficial por representarem arquétipos de mulheres ideais, boas e fiéis, o materno na humanidade, estando alinhadas à presença das senhoras e senhorinhas da elite nos festejos de Dois de Julho, sem trazer referência para “as mulheres pobres que há muito tempo tinham a rua como um território próprio” (2009, p. 14). Nas palavras do autor, está oculto o elemento racial, mas o termo elite nos permite afirmar o marcador da cor como critério de seleção do ideal patriótico. Em outras palavras, as mulheres brancas representam o símbolo do feminino na memória da guerra de independência do Brasil na Bahia.

As pesquisadoras Gabriella Lopes e Marcela Silva (2014) analisaram as contribuições de Bernardino José de Souza e seu livro *Heroínas Baianas*, visando investigar seu interesse em escrever sobre a história das mulheres. O autor era historiador, expoente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e tornou-se membro da comissão de biografia em 1921, esteve engajado na tentativa de renascimento patriótico da província da Bahia frente ao cenário nacional. Ele acreditava que as celebrações em torno da Independência da Bahia seriam um dos meios para essa realização. Considerado um dos idealizadores da festa Dois de Julho e da inserção das personagens femininas que fizeram parte da história baiana.

Em relação à Joana Angélica, ele destaca as qualidades de profunda pureza e a inclinação boa de sua alma ao impedir a entrada dos soldados portugueses no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, perdendo a vida neste gesto, a “esposa de Jesus”, sublinha, que derramou o mais puro-sangue da Bahia. Em Maria Quitéria, o autor destaca a beleza, alegria, diligência, prudência e coragem e mesmo estando ela vestida de homem, defende que nada lhe havia de vulgar, sendo a mais pura encarnação de patriotismo e beleza. Em ambas as figuras eleitas pela elite baiana para compor o panteão de heroínas

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

nacionais, tem-se uma construção que harmoniza com a manutenção das desigualdades, a subalternização da população afrodescendente e o silenciamento do protagonismo da mulher negra. (LOPES, SILVA, 2014)

Os cultos às heroínas brancas não economizaram atribuições baseadas na moral hegemônica, no amor à pátria e na religião e, assim, as representações de gênero já são previamente recortadas, delimitando o legítimo e o autorizado de ser conhecido sobre as protagonistas. Em caráter intersubjetivo, a desumanização da mulher negra está contida nesta engrenagem em todas as suas dimensões históricas, suas formas de ser e viver foram desarticuladas, invisibilizadas, deformadas e estereotipadas.

Maria Felipa de Oliveira é afirmada como heroína da Independência da Bahia pelos ilhéus que lutam pelo seu reconhecimento, este movimento vem acompanhado de denúncia pelo silêncio, desprezo e esquecimento da trajetória desta mulher negra. É importante lembrar que, do ponto vista social e político, o seu protagonismo era totalmente incompatível com o modelo exemplar dos heróis nacionais no projeto de construção de uma nação que nasceu escravocrata.

As representações como dimensões simbólicas fazem parte de uma complexa estrutura onde estão combinadas repressão política, expropriação cultural e exploração do trabalho. Neste sentido, a afirmação às diversas identidades, em resistência às imagens de controle e objetificação da população não branca, faz parte da prática reivindicatória e de luta dos movimentos sociais contra a desumanização. O feminismo negro, por exemplo, ao afirmar a importância do registro e afirmação da história das mulheres negras, abre caminhos para que as memórias sobre Maria Felipa de Oliveira alcancem a sala de aula como símbolos de luta e construções discursivas insurgentes, provocando tensionamentos às narrativas cristalizadas no conhecimento histórico escolar que nega o direito às memórias dos subalternos.

Análises sobre o lugar da mulher negra na sociedade revelam a violência das narrativas, tornando urgente a revisão histórica sobre a trajetória desse sujeito e a ressignificação do imaginário de identificação de negros e negras no Brasil (GONZALEZ, 2020). As mulheres negras, assim como vários grupos subalternos, desenvolveram inúmeras resistências e têm nas memórias das comunidades lugares de reconhecimento para seu legado histórico. Desta forma, as lembranças herdadas são celebradas dos lugares sociais ‘silenciados’ historicamente e se erguem em luta por reconhecimento, com e a partir, desta protagonista negra. Os movimentos sociais lutam

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

por alteridade cultural nos currículos escolares e buscam transformações para efetivar uma educação antirracista e antissexista. Esses movimentos apontam para a necessidade de diálogos com outras formas de saber, como caminhos para compreensão e reflexão dos processos históricos da população negra e indígena do Brasil.

Nas representações sobre a heroína negra na independência, temos as ações da comunidade na busca por reconhecimento, em um movimento de reapropriação e construção discursiva sobre o passado. Stuart Hall (2016) afirma que representação está ligada à identidade e conhecimento, seu sentido permite cultivar a noção de nossa própria identidade, ou seja, pensar e sentir são em si mesmo sistemas de representações, pois são construídos discursivamente e nas práticas sociais. Desta forma, as representações buscam compreender como os significados são construídos e como eles regulam as práticas sociais. Então, as práticas estão diretamente relacionadas às representações, assim como os elementos com os quais construímos lugares de pertencimentos (consciência de si) são influenciados por uma rede de representações que nos envolve. Para o autor, identidades sociais são construídas no interior das representações, suas fronteiras são fluidas e constantemente reconstruídas através dos discursos fornecidos culturalmente, desta forma nossas subjetividades são produzidas de modo discursivo e dialógico.

Os movimentos de reconhecimento pelas forças populares na ilha de Itaparica seguem delineando uma narrativa e os fragmentos de memórias se unem em sentimentos de vitória coletiva na emoção dos moradores. Alguns anos antes do centenário da independência, em 1905, foi solicitado ao Conselho Municipal de Itaparica que a rua do Canal mudasse para rua Maria Felipa. Em 1994, a Prefeitura de Vera Cruz sancionou a Lei 399/94, que criou a Medalha de Honra Maria Felipa, o objetivo da medalha é celebrar pessoas que tenham trabalho desenvolvido para o engrandecimento e bem-estar da humanidade, do Brasil, da Bahia e do Município de Vera Cruz.

Em 2002, ocorreu a primeira caminhada com o nome da heroína na ilha, esse evento mobilizou os dois municípios, que correspondem a divisão política e administrativa da Ilha, Itaparica e Vera Cruz. Em 2005, o Bloco da Liberdade, em Salvador, levou para o carnaval sua memória para as ruas e em 29 de março, do mesmo ano, a comunidade do Curuzu, bairro majoritariamente negro, lançou o Corredor Cultural do Curuzu e nele a “Casa Maria Felipa”, com o objetivo de desenvolver atividades

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

culturais, pesquisa, a divulgação da diversidade cultural e a cultura negra em Salvador (FARIAS, 2010).

Em uma atitude desafiadora, os moradores de Itaparica incluíram por conta própria o nome de Maria Felipa na lápide instalada na parede da Capela da Piedade em homenagem a outros heróis da ilha na luta pela independência do Brasil na Bahia. O pesquisador Augusto Albuquerque, morador de Itaparica, comenta sobre o episódio: “Nós tivemos a ousadia, tomamos a liberdade e contratamos um calígrafo que fez uma letra rigorosamente igual à que está lá e acrescentou o nome de Maria Felipa entre os nossos heróis” (ALBUQUERQUE, 2017 apud PACHECO, 2017).

Seguindo esse fluxo, tem-se, em 2004, o encaminhamento ao instituto de criminalística Afrânio Peixoto, sob responsabilidade da professora Filomena Orge, uma pesquisa para a produção do desenho do busto de Maria Felipa, nesta realização foram considerados os subsídios históricos da tradição oral e literária. O retrato é um legado histórico do movimento de reconhecimento das memórias sobre Maria Felipa para o Brasil, mesmo que ele seja tomado como impreciso devido a ausências de pesquisas historiográficas.

Em 2009, foi criado o Prêmio Maria Felipa da Câmara Municipal de Salvador inspirado no protagonismo de Maria Felipa de Oliveira, tem por objetivo homenagear mulheres negras ativas na luta pelos direitos, representatividade e no combate ao racismo na Bahia. A realização tem acontecido no “dia 25 de julho”, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, trazendo maior força, engajamento político e visibilidade para as mulheres homenageadas.

“Eram muitos os segredos sobre a heroína” negra da independência do Brasil na Bahia, essa afirmação presente no relato da professora Cassimélia Costa, nos faz refletir sobre os silêncios em torno das trajetórias dos grupos subalternizados pela história oficial. O esquecimento, defendido por Paul Ricoeur (2003), como operação central da memória e limite de exigência para a construção de uma narrativa historiográfica se apresenta para a população afrodescendente como uma das grandes injustiças da política de enquadramento da memória. Na escrita da história o esquecimento também é uma operação política, pois este foi durante muito tempo parte do projeto de dominação e alienação da força da ancestralidade africana no Brasil.

A história como disciplina autônoma esteve atrelada substancialmente à formação do Brasil como Estado Nacional e inaugura um sistema de representações que dará

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

contorno e forma ao sentimento identitário de ser brasileiro. A produção das memórias e a identidade nacional resultante dela ocorreu através da tentativa de homogeneização em um processo contínuo de imposição discursiva. Essa fundamentação de unidade ignorou qualquer diferença entre os membros pertencentes de uma “nação” em termos de gênero, raça, legado histórico e contribuições culturais.

A trajetória histórica da presença de Maria Felipa, distante das forças governamentais, converge para a compreensão do silêncio como uma memória subterrânea, na medida em que ela permanece pulsante, mas quase imperceptível. Pois, como explica Michael Pollak,

Essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e pintura, comprovando caso necessário o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que se pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p. 02).

Para Halbwachs (1990), jamais estamos sós, lembranças são reencontros e a perspectiva do outro conduz o olhar na construção da memória individual, momentos e circunstâncias são intérpretes do indivíduo em sociedade, por isso, toda memória individual é uma memória coletiva e sua duração está limitada a duração do grupo, está inserida na vivência do mesmo ambiente social, sendo a recordação, uma experiência pessoal também compartilhada.

A ordem das lembranças está diretamente relacionada às várias relações e influências com outros grupos e, com isso, impactam nas forças das memórias. Para uma nação de “origem” escravocrata, a ausência de referências sobre a resistência negra era e é um elemento determinante na manutenção dos privilégios e construção dos sistemas simbólicos de dominação e submissão social.

A narrativa sobre a independência do Brasil assume um lugar fundacional na identidade nacional, sua homogeneidade não é natural, foi forjada dentro de um projeto, o protagonismo de Maria Felipa neste processo atua afirmando a presença da população da Ilha nas lutas pela independência, a presença afrodescendente na história e nas grandes celebrações do nascimento da nação, trazendo questões que direcionam o olhar para os sentidos do processo desta “liberdade”.

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Considerações finais

Para a população da ilha de Itaparica, mesmo carecendo de pesquisas para dimensionar a autenticidade da trajetória da heroína negra, Maria Felipa segue sendo celebrada e reconhecida. A mulher negra e os vários grupos historicamente subalternizados, ainda, são representados pela ausência ou de forma distorcida e ou romantizada. As memórias sobre Maria Felipa alimentam outras narrativas, atuam como referência para as ações de valorização e revisão do imaginário social sobre a mulher negra. Maria Felipa de Oliveira emerge como uma voz de resistência, uma transgressão ao discurso universalizante do sujeito nacional e disputando sentidos.

Portanto, as memórias sobre Maria Felipa de Oliveira apontam para um passado pouco investigado, mas que no presente se estrutura através da força da comunidade e da memória coletiva. Tais memórias permitem deslocamentos no currículo escolar, posto favorecerem à construção de uma educação antirracista e emancipatória, na medida em que o silêncio sobre os grupos subalternos é rompido e a narrativa histórica é desnaturalizada como saber cristalizado dos grupos hegemônicos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Civismo Festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889-1923)**. (Dissertação de Mestrado - História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1997.

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A mulher Negra. In: RIOS; Flávia e LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro; Zahar, 2020, p. 94-111.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, jan/abr, 2016.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/marine/Downloads/245741-181415-1-PB.pdf> Acesso Abril de 2020.

**MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL:
ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO**

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

GRAHAM, Sandra L. Uma certa liberdade. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 7ª edição. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuro, 2016.

KRAAK, Hendrik. Entrevista. **Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé** – N.1 Jul De 2015. Disponível em: <<http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?entrevista=entrevista-hendrik-kraay> > Acesso em agosto de 2021.

_____. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em salvador, século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 23, 1999.

LEDEZMA, Gerson Galo. Religiosidade Cívica na Bahia: Comemorando o Primeiro Centenário da Independência 2 de Julho de 1923. Entre a Memória Nacional e a Memória Regional. **Revista Esboço**. Florianópolis. 2009; v.16, n.21, p.66-87.

LOPES, Gabriella, A. d. S.S; SILVA, d. O. S. “Heroínas bahianas”: personagens femininas nas comemorações do centenário da independência da Bahia. **Encontro Anpuh**. <<http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412131987>> Acesso em janeiro de 2021.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História: entre história e memória**. Revista do Núcleo de Estudos de Currículo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, 2012, p. 01-26.

NORA, Pierre. Entre memórias e História. **Projeto História**. São Paulo. Dezembro, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/87_63> Acesso em novembro de 2020.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Populações Negras na Bahia – Ensaios de História Social**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

PACHECO, Clarissa. Quase um Século Depois, Moradores Incluem Nome de Maria Felipe Entre os Heróis. **Correio 24h**, Salvador, 02.07.2017. Bahia. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/bahia/quase-um-seculo-depois-moradores-incluem-nome-de-maria-felipa-entre-os-herois-0717>> Acesso em janeiro de 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.5, nº 10, 1992, p.200-2012.

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 2003. Disponível em:<https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia> Acesso em Janeiro de 2021.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, n. 17, 1996.

Informações dos autores

Marina Maia da Silva - Professora da rede pública de ensino, Mestra em Ensino de História pelo programa de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contribuição de autoria: autora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9096512223957868>

Claudia Pons Cardoso - Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4127668857542643>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILVA, Marina Maia da; CARDOSO, Claudia Pons. Maria Felipa de Oliveira, mulher negra na memória nacional: entrou sem permissão e existe sem autorização. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 46 - 65. DOI: